

O PROGRAMA DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA – SP

Antonio Nivaldo Hespanhol¹

Resumo

O objetivo principal da pesquisa foi analisar os resultados do Programa de Microbacias Hidrográficas nos onze municípios que integram o Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Venceslau. Para a consecução dos objetivos estabelecidos foram realizadas entrevistas com o coordenador do Programa de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo, com o Diretor do EDR de Presidente Venceslau e com técnicos executores de projetos de microbacias nos municípios de Santo Anastácio, Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio. Também foram realizados levantamentos referentes a aplicação de recursos financeiros do programa nos projetos implementados no Pontal do Paranapanema. As subvenções econômicas destinadas a realização do manejo adequado dos recursos naturais se constituiu na principal estratégia para tornar o programa atrativo aos pequenos produtores rurais.

Palavras-chave: Subvenções; Erosão; Organização de Produtores Rurais; Pontal do Paranapanema, participação.

Introdução

No presente texto são analisados os resultados do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas nos onze municípios pertencentes ao Escritório de

¹ Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Campus de Presidente Prudente – São Paulo – Brasil. Pesquisador do CNPq. E-mail: nhespanhol@gmail.com

Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Venceslau, área identificada neste texto como Pontal do Paranapanema (Figura 1).

O governo do Estado de São Paulo, com o intuito de combater a erosão, fomentar a organização coletiva de pequenos produtores rurais e amenizar a pobreza da população rural, instituiu o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas nos anos 1980, o qual tornou-se efetivo somente a partir do ano 2000 quando passou a ser parcialmente financiado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD - Banco Mundial), por meio da concessão de empréstimo de 55,35 milhões de dólares para aplicação específica no referido programa.

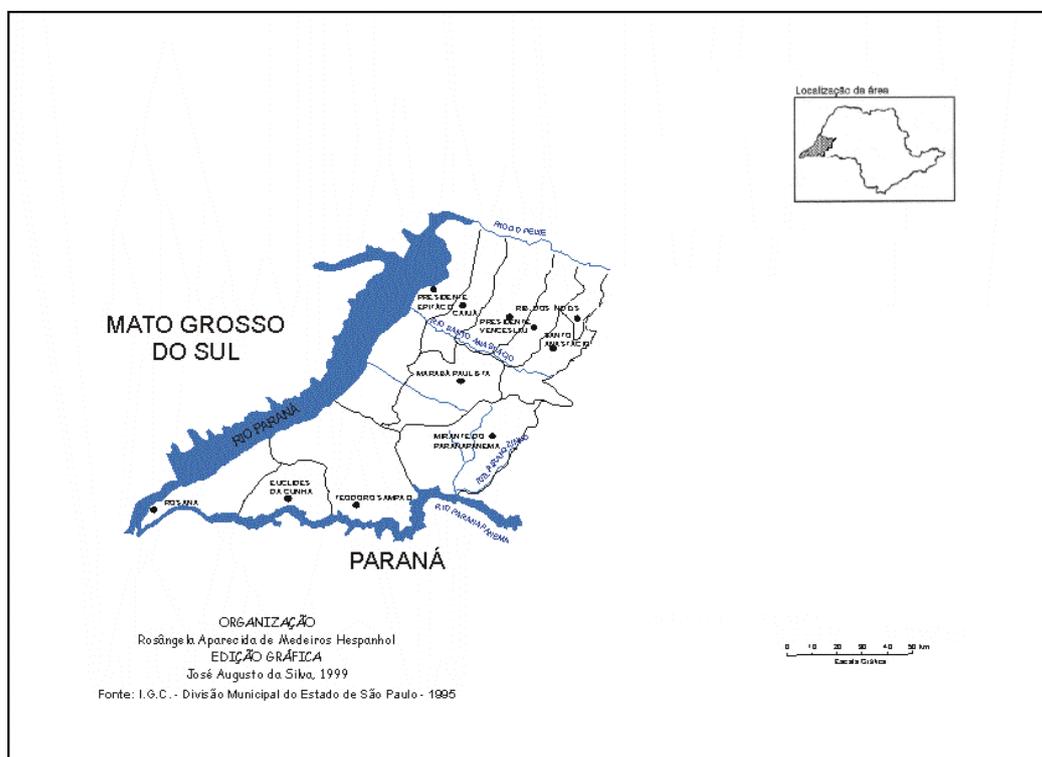


Figura 1 – Pontal do Paranapanema: divisão municipal - SP - 2011

O Programa de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo

As microbacias hidrográficas são superfícies territoriais de dimensões variáveis demarcadas pelos “fundos de vale e os espigões divisores de água e são limitadas por divisores naturais, considerando-se a menor unidade territorial capaz de enfocar as variáveis ambientais de forma sistêmica” (SABANÉS, 2003, p. 79).

No Estado de São Paulo, as microbacia hidrográficas foram instituídas como unidades de planejamento e intervenção no ano de 1987, por meio do Decreto nº 27.329/87, sendo que o Programa de Microbacias Hidrográficas foi criado no mesmo ano com o objetivo de promover o manejo adequado dos recursos naturais e estimular a organização coletiva de pequenos produtores rurais.

No entanto, entre os anos de 1987 e 1999, as ações do programa foram pontuais, restringindo-se a construção de terraços e a adequação de estradas rurais realizadas pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo (CODASP).

No ano de 1994, o governo paulista encaminhou o pedido de financiamento ao Banco Mundial para implementar o Programa de Microbacias Hidrográficas. O processo de solicitação de recursos tramitou por cinco anos e, após o atendimento de várias exigências feitas pelo Banco Mundial, o financiamento foi aprovado. O cronograma inicial de desembolso de recursos do programa compreendia o período de 2000 a 2006 (processo número 4238 BR - WORLD BANK. *Land Management III – Project São Paulo*). No entanto, a vigência da primeira edição do programa foi protelada até o final do ano de 2008, em razão de inúmeras dificuldades de ordem legal e burocrática.

O programa foi orçado em US\$ 124.740.200,00, sendo US\$ 55.348.200,00 provenientes do BIRD e US\$ 69.3342.000,00 do Governo do Estado de São Paulo (CATI, 2001).

Nos primeiros cinco anos de vigência do Programa de Microbacias Hidrográficas ocorreram poucos avanços. Até o ano de 2005, por exemplo, foram realizados poucos dispêndios com recursos do programa em virtude de empecilhos de ordem legal e de dificuldades operacionais da CATI.

Até 31 de dezembro de 2005, apenas 31,77% dos US\$ 124.740.200,00 previstos para o programa tinham sido gastos, e até 31 de dezembro de 2004 apenas 17,50% haviam sido consumidos (RASCHIATORE; MOREIRA, 2006, p. 522-523).

Em entrevista, o coordenador estadual do Programa de Microbacias Hidrográficas ponderou que o retardamento na disponibilização de recursos financeiros pelo programa afetou a sua credibilidade frente aos produtores rurais, as autoridades

municipais, aos técnicos da CATI e, principalmente, aos técnicos executores vinculados às prefeituras municipais conveniadas com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento para a execução do programa.

Na Figura 2 é apresentada a estrutura hierárquica do Programa de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo. A CATI é a coordenadora do programa em âmbito estadual, os CRDRs e os EDRs o coordenam em escala regional, os CMDRs e as Casas da Agricultura são responsáveis pela implementação do programa na escala municipal e as organizações de produtores rurais e os técnicos executores são responsáveis pela execução dos projetos de microbacias hidrográficas vinculados ao programa.

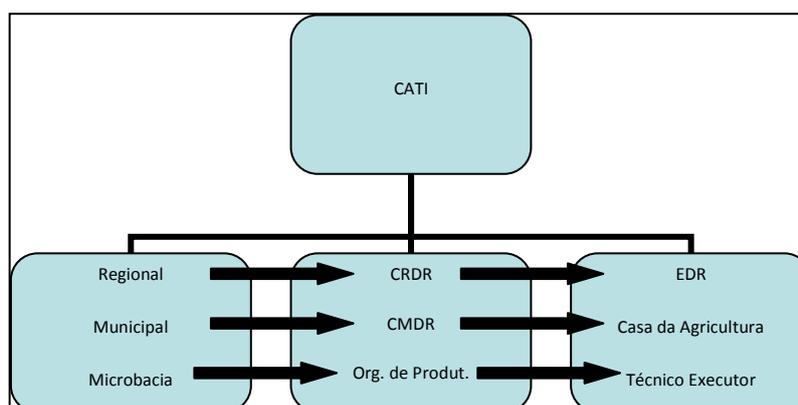


Figura 2 – estrutura hierárquica do programa de microbacias hidrográficas paulista

Apesar do caráter ascendente do programa, a sua execução enfrentou sérias dificuldades relacionadas a participação dos agentes, pois a maioria das organizações de produtores rurais são fracas e pouco articuladas e os CRDRs e os CMDRs são instâncias pouco valorizadas, as quais, na maioria das regiões e municípios não têm ação efetiva, cumprindo tão somente com os ritos burocráticos exigidos pelo Programa de Microbacias Hidrográficas, conforme demonstraram Hespanhol, A. N. e Hespanhol, R. (2004).

Os níveis de subvenção concedidos pelo programa aos produtores rurais para a adoção de práticas agrônômicas adequadas, contratação de serviços e aquisição de implementos foram estabelecidos com base na classificação dos produtores rurais em pequenos, médios e grandes feita pela CATI, com base nos seguintes parâmetros:

- a) PEQUENO – área total explorada até 50 hectares e 70% ou mais da renda familiar proveniente da agropecuária e residir na propriedade ou no município onde está localizada a propriedade ou em município vizinho;
- b) MÉDIO – área total explorada maior que 50 até 200 hectares ou área total explorada menor ou igual a 50 ha. e que não atende aos critérios de fonte de renda e/ou local de residência, necessários para a classificação como pequeno produtor;
- c) GRANDE – área explorada maior que 200 hectares (SEAB – Resolução SAA nº 17 de 11 de julho de 2005, p. 3).

As subvenções foram concedidas com o intuito de adaptar os sistemas agrícolas aos princípios do programa, sendo exigida menor contrapartida financeira dos pequenos proprietários do que dos médios e grandes, sendo dada especial atenção ao cercamento das áreas de proteção permanentes (APPs), ao combate a erosão e a adoção de técnicas agronômicas adequadas.

Os produtores rurais das microbacias selecionadas no âmbito dos municípios puderam pleitear recursos do programa para realizar as seguintes ações: adquirir sementes para adubação verde; comprar de materiais para implantar cercas nas APPs e para isolar voçorocas; pagar serviços de máquinas para controlar erosões; adquirir calcário e sistemas de divisão de pastagens (kit para cerca elétrica e bebedouro); e, construir abastecedouros comunitários (poços artesianos e semi-artesianos) e fossas sépticas biodigestoras.

O limite máximo inicialmente estabelecido para a concessão de subvenções foi de US\$ 3.000,00 a cada beneficiário do programa. Para cada tipo de benefício foi estabelecido um limite e um valor de referência, bem como um limite máximo para a concessão de apoio financeiro, sendo definida a proporção a ser ressarcida de acordo com a classificação dos produtores rurais em pequenos, médios e grandes.

No mês de agosto de 2007 foi elevado em 25% o valor, em dólar, referente ao limite máximo que poderia ser destinado a cada produtor rural das microbacias. O referido valor passou de US\$ 3.000,00 para US\$ 3.750,00. Os demais valores de referência dos produtos e serviços também foram reajustados em 25%, com o intuito de aproximar a tabela de referência do programa à realidade do mercado e, assim,

encorajar os produtores rurais das microbacias a usufruírem dos benefícios financeiros disponibilizados pelo programa. Tal medida foi necessária em razão da valorização da moeda brasileira frente ao dólar americano, moeda de referência do programa.

Por meio do Programa de Microbacias também foram concedidos incentivos financeiros para a construção de abastecedouros comunitários, aquisição de escarificador, subsolador, distribuidor de calcário, roçadeira e semeadeira de plantio direto por grupos de, no mínimo, três produtores rurais.

O ressarcimento do valor aplicado, considerando o teto máximo estabelecido foi de 80% aos grupos com mais de 60% de pequenos produtores e de 60% aos grupos com menos de 60% de pequenos produtores (CATI, 2005). Nas vias públicas existentes na área de abrangência das microbacias hidrográficas foi realizada a adaptação de estradas rurais para combater a erosão e favorecer a infiltração da água nos solos.

De acordo com Bragagnolo; Pan (2001, p. 189) as obras nas estradas “compunham-se basicamente de: quebra de barranco, elevação e correção do leito, construção de lombadas e caixas de retenção, realocação de trechos e revestimento primário em pontos críticos.”

Outra ação importante do programa foi a doação de equipamentos de informática e implementos para a realização de plantio direto às associações de produtores rurais legalmente constituídas que solicitaram tais bens.

Resultados do Programa de Microbacias Hidrográficas no Pontal do Paranapanema

O Pontal do Paranapanema foi classificado como zona prioritária 1 para a implantação do Programa de Microbacias Hidrográficas, em razão do predomínio de solos susceptíveis à erosão e do intenso nível de degradação dos recursos naturais, especialmente do assoreamento de pequenos e médios cursos d'água.

Até o final do ano de 2008, quando se encerrou a primeira fase do Programa de Microbacias Hidrográficas, foram desenvolvidas ações em 25 projetos de microbacias no Pontal do Paranapanema (EDR de Presidente Venceslau).

No município de Mirante do Paranapanema foram desenvolvidas ações em quatro projetos de microbacias; em Piquerobi, Presidente Venceslau e Santo Anastácio foram empreendidas ações em três projetos; em Caiuá, Euclides da Cunha Paulista,

Marabá Paulista, Ribeirão dos Índios e Teodoro Sampaio ocorreram ações do programa em dois projetos; e, em Rosana, foram desenvolvidas ações numa única microbacia hidrográfica. Ao todo o Programa de Microbacias contemplou 81.039 hectares e 1781 produtores rurais nos onze municípios que compõem o EDR de Presidente Venceslau, conforme se verifica na Tabela 1.

Em termos de montante de recursos investidos, a área de atuação do EDR de Presidente Venceslau recebeu 4,4 milhões de reais em incentivos financeiros em práticas de manejo e conservação do solo e da água, o que representa 3,46% do total despendido pelo programa no Estado de São Paulo, com tais práticas.

A receptividade aos projetos de microbacias na área de atuação do EDR de Presidente Venceslau foi bastante diferenciada em razão do perfil das comunidades atendidas e do interesse dos poderes executivo e legislativo municipais, de acordo com o diretor do EDR de Presidente Venceslau.

Tabela 1 – número de produtores rurais e superfície abrangidas pelos projetos de microbacias hidrográficas nos municípios do pontal do Paranapanema

Municípios	Projetos	Área MBH (Ha)	Nº de Prod.
Caiuá	Córrego Caiuazinho (ITESP)	6.456	72
	Córrego água da internada	3.285	12
Euclides da Cunha Paulista	Córrego da Anta	942	43
	Córrego Santa Rita	5.208	155
Marabá Paulista	Córrego Areia Branca (ITESP)	6.513	110
	Córrego Saqui	1.245	25
Mirante do Paranapanema	Córrego do Veado	2.120,00	63
	Córrego Santo Antonio I	5.396,00	112
	Córrego da Prata II (ITESP)	1.939,00	45
	Córrego Borboleta (ITESP)	2.218,00	81
Piquerobi	Córrego São Bartolomeu	3.966	72
	Córrego da Represa	2.617	55
	Córrego Araponga e Saltinho	1.939	17
Presidente Epitácio	Córrego Bandeirante	3.450	126
Presidente Venceslau	Córrego Água da Colônia	2.459	48
	Córrego do Veado	2.773	49

	Córrego do Veado II	2.403	70
Ribeirão dos Índios	Córrego dos Índios	3.029,00	65
	Córrego do Arco (ITESP)	2.029,00	88
Rosana	Córrego 68	3.226	64
Santo Anastácio	Córrego Vai e Vem	2.558	88
	Córrego do Calango	4.555	88
	Córrego Água da Tuma	735	32
Teodoro Sampaio	Córrego Águas Claras	6.237	121
	Ribeirão Água Sumida	3.741	80
TOTAL		81.039	1781

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

O programa foi coordenado pela CATI por meio dos EDRs, mas a maior parte dos técnicos executores era contratada pelas prefeituras conveniadas, o que gerou problemas devido a elevada rotatividade dos referidos profissionais e consequente rompimento do vínculo entre os técnicos executores e os produtores rurais das microbacias. Os técnicos conveniados ficaram subordinados às administrações municipais, o que, em alguns casos, dificultou a realização da coordenação e supervisão do trabalho dos técnicos pela diretoria do EDR. Este problema ocorreu na maioria das regiões do Estado de São Paulo, de acordo com o coordenador estadual do Programa de Microbacias Hidrográficas.

De acordo com os técnicos executores entrevistados nos municípios de Santo Anastácio, Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, os agricultores têm dificuldades para entender os princípios e os objetivos do programa de microbacias, tendendo a considerá-lo somente na perspectiva da obtenção dos incentivos financeiros, não valorizando a sua importância para a recuperação dos recursos naturais.

Há que se ressaltar, no entanto, que muitos técnicos, ao darem ênfase nas possibilidades dos produtores rurais terem acesso aos recursos financeiros concedidos pelo programa, os induziram a considerar apenas esse aspecto do programa. Apesar dos cursos e treinamentos ministrados pelos profissionais vinculados à CATI, alguns técnicos tiveram dificuldades para estimular a participação dos produtores rurais e, eles próprios não conseguiram entender a lógica operacional do programa de microbacias, enfrentando muitas dificuldades para cumprir as suas elevadas exigências burocráticas.

Em termos de ações realizadas no EDR de Presidente Venceslau, foram construídos 15 abastecedouros comunitários para atender grupos de, no mínimo, cinco produtores rurais, com custos 391 mil reais cobertos pelo programa, sendo atendidos 86

produtores rurais. Foi realizado controle de erosão em 4.058,5 hectares, atendendo 234 produtores rurais, com investimento de R\$ 640.410,60, perfazendo 10,36% do total investido pelo programa nesta prática no Estado de São Paulo. Foram controladas voçorocas em 1.603,2 hectares, atendendo 59 produtores rurais, com custos de R\$ 133.151,25, representando 4,37% do total estadual e foram plantadas 87.069 mudas de espécies florestais nativas nas APPs de 90 propriedades rurais.

Foram doados sete kits de plantio direto e cinco kits de informática para associações de produtores rurais, cujos investimentos atingiram quase R\$ 135.000,00 e beneficiaram 345 produtores rurais.

Além disso, o programa incentivou e subsidiou a aquisição de equipamentos por grupos de, no mínimo, três produtores rurais. Foram adquiridos três escarificadores, 48 roçadeiras costais, 10 roçadeiras tratorizadas, 133 distribuidores de calcário de tração mecânica e seis de tração animal e outros equipamentos, com dispêndios de cerca de R\$ 180.000,00.

Na área de atuação do EDR de Presidente Venceslau, 166 produtores rurais utilizaram incentivos do programa para a implantação de 82,7 quilômetros de cerca nas áreas de preservação permanentes (APPs), o que representa 5,52% do total estadual, com investimentos de R\$ 273.986,00; 234 proprietários rurais receberam incentivos para efetuar o controle de erosão; e 47 implantaram o sistema de divisão de pastagens em 137,1 hectares, com recebimento de subvenção de mais de R\$ 72.000,00, o que representa 12,74% dos investimentos feitos nesta prática em âmbito estadual.

No Estado de São Paulo, mais de 68 milhões de reais foram investidos na adequação de estradas rurais, o que representa 53% do total alocado pelo programa no manejo e conservação do solo e da água. No EDR de Presidente Venceslau, a maior parcela dos recursos do programa também foi investida nessa prática, totalizando quase R\$ 1,88 milhão, perfazendo 48,7 % do total investido no manejo e conservação do solo e da água pelo programa no referido EDR.

A construção de abastecedouros comunitários para atender à demanda de grupos de produtores por água potável foi o item que implicou no segundo maior dispêndio de recursos financeiros do programa, tanto no Estado de São Paulo quanto no EDR de Presidente Venceslau.

Em âmbito estadual, a implantação de abastecedouros comunitários consumiu mais de R\$ 27 milhões, perfazendo 21,6% do total investido e no EDR de Presidente Venceslau essa prática do programa consumiu quase R\$ 400 mil, perfazendo 10,13% do total investido.

No controle de erosões e voçorocas foram investidos quase 10 milhões de reais no Estado de São Paulo, dos quais 800 mil se destinaram ao EDR de Presidente Venceslau, perfazendo 8% do total investido no Estado de São Paulo pelo Programa de Microbacias.

Na tabela 2 são apresentados dados referentes aos incentivos concedidos pelo Programa de Microbacias Hidrográficas no EDR de Presidente Venceslau, considerando o número de produtores atendidos, a quantidade, o valor total investido e apoiado e as respectivas participações do EDR no total do Estado de São Paulo, por prática de manejo e conservação do solo e da água.

Dentre os onze municípios do EDR de Presidente Venceslau, Piquerobi foi o que recebeu o maior volume de recursos do Programa de Microbacias Hidrográficas. Os três projetos implementados no município foram contemplados com recursos financeiros da ordem de R\$ 725 mil, perfazendo 15,66% do total regional.

Tabela 2 - incentivos concedidos por meio do programa de microbacias hidrográficas em práticas de manejo e conservação do solo e da água no edr de presidente Venceslau entre 2000 e 2008

PRÁTICAS	Nº de Prod.	Quant.	Un.	Valor Total (R\$)		Valor Apoiado (R\$)	
				EDR Pres. Venc.	EDR/ Estado	EDR Pres. Venc.	EDR/ Estado
Abastecedor Comunitário	86	15	Un.	526473,12	1,33	391.091,01	1,43
Calcário Agrícola Aplicado	56	1.114,20	Ton.	75.701,83	2,70	52.858,52	2,79
Cercas para proteção de mananciais	166	82,7	Km.	364.400,87	5,90	273.986,16	5,73
Cercas para proteção de voçorocas	2	1,7	Km.	4.815,40	6,45	4.073,58	6,69
Controle de Voçorocas	59	1.603,20	Há	133.151,25	4,37	133.151,25	4,37
Controle de Erosão	234	4058,50	Há	978.499,38	9,90	640.410,6	10,36
Distribuidor de Calcário - Tração mecânica	133	26	Un.	106.600,00	3,65	74.136,78	4,47
Distribuidor de Calcário –	6	2	Un.	3.800,00	17,81	2.454,6	18,33

O programa de microbacias hidrográficas no pontal do Paranapanema – SP
Antonio Nivaldo Hespanhol

Tração animal							
Escarificador	20	3	Un.	10.990,00	2,92	4.727,18	2,17
Fossa Séptica Biodigestora	8	9	Un.	9.607,24	0,48	7.238,04	0,49
Kit informática – associações	195	5	Un.	25.329,50	3,09	25.329,50	3,09
Kit plantio direto – associações	140	7	Un.	110.505,13	2,66	110.505,13	2,66
Mudas de Espécies Florestais Nativas Plantadas	90	87.069	Un.	87.069,00	3,11	87.069,00	3,11
Roçadeira Costal	153	48	Un.	92.337,00	4,24	68.077,73	4,14
Roçadeira Tratorizada	51	10	Un.	42.015,00	1,67	28.559,64	1,71
Semeadora de plantio direto	3	1	Un.	1.700,00	12,65	1.360,00	12,65
Sementes para adubação verde	1	3,00	Ha	496,00	1,53	446,40	1,38
Sistema de divisão de pastagens	47	137,1	Ha	95.767,65	11,63	72.630,54	12,74
Trecho crítico de estrada adequado		38	Km.	1.882.677,27	2,75	1.882.677,27	2,75
TOTAL	1450	94.233,4		4.551.935,64	3,06	3.860.782,93	3,46

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Mirante do Paranapanema foi contemplado com 581 mil reais nos seus quatro projetos, sendo que 90% do total dos recursos alocados no município se concentraram nos projetos de microbacias Córrego Santo Antonio I e Córrego do Veado.

Santo Anastácio foi contemplado com R\$ 527 mil, sendo que quase R\$ 400 mil foram alocados no projeto de microbacias Córrego Vai e Vem recebeu em investimentos, dos quais mais de R\$ 200 mil foram investidos na adequação de 4,2 quilômetros de estradas rurais.

Marabá Paulista, Presidente Epitácio e Rosana foram os municípios que receberam os menores valores dos investimentos feitos pelo Programa de Microbacias Hidrográficas no EDR de Presidente Venceslau. Marabá Paulista recebeu 325 mil reais, Presidente Epitácio 262 mil reais e Rosana foi contemplado com menos de 5 mil reais, conforme se verifica na Tabela 3.

Tabela 3 - edr de presidente Venceslau: incentivos concedidos pelo programa de microbacias hidrográficas por município entre 2000 e 2008

Municípios	Nº de prod.	Valor Total	Valor Apoiado
Piquerobi	144	908.114,56	725.891,92
Mirante do Paranapanema	301	779.058,51	581.299,25
Santo Anastácio	208	665.096,56	527.579,2
Presidente Venceslau	167	588.271,44	508.094,75
Caiuá	84	524.641,73	483.819,02
Euclides da Cunha Paulista	198	542.307,6	480.891,62
Ribeirão dos Índios	153	415.070,17	394.142,66
Teodoro Sampaio	201	385.482,99	334.380,54
Marabá Paulista	135	358.787,84	324.124,05
Presidente Epitácio	126	349.566,20	262.827,19
Rosana	64	10.583	4.901,52
TOTAL	1781	5.526.980,6	4.627.951,72

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)

A baixa participação de Rosana na captação de recursos do programa se deveu basicamente à falta de interesse e de empenho da administração municipal, a qual não disponibilizou técnicos em número suficiente para executar projetos vinculados ao Programa de Microbacias Hidrográficas naquele município.

Considerações finais

Tanto no conjunto do Estado de São Paulo como no EDR de Presidente Venceslau, as ações empreendidas pelos projetos de microbacias hidrográficas foram positivas, especialmente no que diz respeito à adaptação de estradas rurais, ao controle da erosão e ao estímulo à constituição e fortalecimento de associações de produtores rurais.

O Programa de Microbacias Hidrográficas contribuiu para que ocorressem mudanças significativas na mentalidade da maioria dos técnicos vinculados à CATI e às prefeituras conveniadas, os quais passaram a ter uma visão integrada das variáveis ambientais e a valorizar a opinião dos produtores rurais, estimulando-os a participar, a opinar e a decidir, tanto individual como coletivamente, por intermédio das suas

associações. No entanto, ainda há muito a avançar neste aspecto, tanto pelos técnicos quanto pelos produtores rurais.

A receptividade Programa de Microbacias Hidrográficas foi muito variável entre os municípios e as microbacias. O preparo e compromisso dos técnicos executores dos projetos e o interesse e envolvimento das lideranças e agricultores locais foram de fundamental importância para o melhor ou pior desempenho do programa nos municípios.

A gestão participativa do programa constituiu-se num dos seus maiores desafios, pois a desconfiança e o desconhecimento dos agricultores e autoridades municipais em relação a CATI e ao programa dificultaram o envolvimento e a participação dos produtores rurais.

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural (CRDRs), embora já estivessem constituídos em praticamente todo o Estado de São Paulo, inclusive no Pontal do Paranapanema, sendo esta uma das exigências para a aprovação dos projetos de microbacias hidrográficas, na maioria dos municípios e regiões, os referidos conselhos limitou-se a atender às exigências burocráticas do Programa de Microbacias, não cumprindo integralmente os papéis a eles atribuídos.

Na área de atuação do EDR de Presidente Venceslau, o programa propiciou a melhoria no manejo dos recursos naturais e contribuiu para o fortalecimento de organizações coletivas, especialmente das associações de produtores rurais. No entanto, pouco se fez e ainda há muito a ser feito quando se consideram o número total de produtores rurais e a superfície territorial das UPAs do Estado de São Paulo e do Pontal do Paranapanema. As ações do Programa de Microbacias Hidrográficas, apesar de relevantes, foram pontuais.

No EDR de Presidente Venceslau, por exemplo, a área total das microbacias nas quais foram executadas ações do programa é de 85.196 hectares, o que representa 20% do número de produtores rurais e apenas 10% da superfície total das UPAs dos onze municípios.

Apesar das suas limitações, especialmente no que concerne à agilidade da operacionalização das ações nos projetos e à participação qualificada dos conselhos e da população beneficiária, o Programa de Microbacias gerou melhorias na qualidade

ambiental, contribuiu para ampliar o nível de organização social das comunidades rurais e resgatou a autoestima de muitos pequenos produtores rurais.

No Pontal do Paranapanema, o mandonismo dos prefeitos e o clientelismo político continuam arraigados, o que dificulta a ação de políticas públicas com forte potencial para beneficiar a população mais vulnerável, como é o caso do Programa de Microbacias Hidrográficas.

Referências

- BRAGAGNOLO, Nestor; PAN, Waldir. *A experiência de programas de manejo e conservação dos recursos naturais em microbacias hidrográficas: uma contribuição para o gerenciamento dos recursos hídricos*, Curitiba, IPARDES, 2001.
- COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). *Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas*. Manual do Programa – Seção Operativa. CATI: São Paulo, 2001.
- COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). *Incentivos ao manejo e conservação dos recursos naturais*. PEMBH - Seção Operativa – Volume III, Versão 2, Setembro, 2005, Campinas: CATI.
- HESPANHOL, Antonio Nivaldo; HESPANHOL, Rosângela, Aparecida de Medeiros. Desenvolvimento rural e poder local: a situação dos CMDRS na região de presidente prudente – SP. In: CD do I Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Local, 2004, Rio Claro: IGCE-UNESP, 2004. p. 1-11.
- RASCHIATORE Ricardo Alexandre; MOREIRA, Daniel Augusto. Inovação na implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo. *Gestão & Produção*, v. 13, nº 3, p. 517-529, Set.-Dez. 2006.
- SABANES, Leandro. *Manejo sócio-ambiental de recursos naturais e políticas públicas: um estudo comparativo dos Projetos Paraná Rural e Microbacias*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, 2002. (Dissertação de Mestrado).
- TORRES, Antonio J. *et al.* (orgs.). Projeto LUPA 2007/08: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo, IEA, CATI, SAA, 2009.
- WORLD BANK. *Land Management III – Project São Paulo, - Environmentally and socially sustainable development* – Sector Management Unit – Latin America and the Caribbean region, 1997.